



**CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL**  
**Ata da 148ª reunião, realizada em 25 de novembro de 2020**

1 Em 25 de novembro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e  
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio  
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros  
5 titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão,  
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Ariel Chaves  
7 Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
8 Abastecimento (Seapa); Rafael Augusto Fiorine, da Secretaria de Estado de  
9 Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildfonso Cunha Coutinho, da  
10 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Cláudio Jorge Cançado, do Conselho  
11 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Lidiane  
12 Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade  
13 (Seinfra); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);  
14 Francisco Chaves Generoso, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
15 (MPMG); Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e  
16 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas  
17 Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente  
18 (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios  
19 (AMM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, da  
20 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto  
21 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas  
22 Gerais (Faemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração  
23 (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de  
24 Minas Gerais (CMI-MG); Sílvia de Freitas Xavier, do Conselho da Micro e  
25 Pequena Empresa da Fiemg; Lígia Vial Vasconcelos, da Associação Mineira de  
26 Defesa do Ambiente (Amda); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de  
27 Paracatu (Mover); Rafael Maia Nogueira, da Universidade do Estado de Minas  
28 Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras  
29 (Ufla); Geraldo Majella Guimarães, da Associação dos Engenheiros de Minas do  
30 Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) HINO NACIONAL**  
31 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O  
32 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 148ª reunião da  
33 Câmara Normativa e Recursal. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**  
34 **ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Tem um  
35 comunicado para os senhores em relação à Comissão de Ética da SEMAD.  
36 ‘Recentemente, por meio da Resolução SEMAD 2.971, de 16/7/2020, foi alterada  
37 a composição da Comissão de Ética da SEMAD. Como novos membros da

38 Comissão, colocamos a Comissão de Ética da SEMAD à disposição dos senhores  
39 conselheiros para orientações, esclarecimento de dúvidas, recebimento de  
40 denúncia ou qualquer demanda relativa a nossa competência. Aproveitamos para  
41 lembrá-los de que, como membros deste Conselho, os senhores exercem função  
42 de agente público e, como tal, devem observar o Código de Conduta Ética do  
43 Agente Público do Estado, estabelecido no Decreto Estadual 46.644, de  
44 6/11/2014. Deve ser sempre respeitada a liberdade de expressão de todos os  
45 conselheiros, que por sua vez devem representar suas entidades com diligência  
46 e honestidade, sendo sua atuação pautada pelo respeito com os servidores do  
47 órgão ambiental e demais colegas na atividade deste Conselho e pelos princípios  
48 éticos que regem o nosso trabalho no Estado de Minas Gerais. Recomendamos  
49 para isso a leitura do Código de Conduta Ética, disponível no site do governo.’  
50 Caso haja dúvidas ou alguma denúncia a ser feita, os senhores podem procurar  
51 diretamente o nosso Conselho.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Há  
52 uma semana nós terminamos a eleição municipal, e sempre nos ligam aqui  
53 colegas querendo saber se houve alteração bem intensa de novos prefeitos ou  
54 prefeitos reeleitos. Então eu trouxe aqui para o Conselho, e talvez seja de  
55 interesse. De 853 municípios nós tivemos até então reeleitos 345 prefeitos; de  
56 novos prefeitos, 504 novos indivíduos que vão exercer gestão municipal a partir  
57 de então. Do somatório 504 + 345 daria 849, mas são 853 municípios. Os outros  
58 quatro referem-se aos municípios de Contagem, Juiz de Fora, Uberaba e  
59 Governador Valadares, que no fim de semana vão ter o segundo período eleitoral.  
60 Então nós teremos a partir de domingo à noite ou de segunda-feira fechando os  
61 853 municípios.” Conselheiro Rafael Maia Nogueira: “Vem me incomodando um  
62 pouco essa questão das aplicações de multas nos municípios e em outros entes  
63 públicos. Na realidade, aplicamos multa, no caso nesta reunião nós vamos  
64 analisar uma multa aplicada ao município de Morada Nova de Minas, de 2016, e  
65 quando fazemos uma análise a administração que estava à época ou já saiu ou  
66 vai sair em 31 de dezembro, e na realidade a solução mesmo do problema não é  
67 apresentada. Não existem outros mecanismos que podemos fazer para, ao invés  
68 de aplicar multa, forçar o município a regularizar aquele problema específico,  
69 trabalhar a solução do problema ambiental em vez de simples aplicação de multa?  
70 É um questionamento que estou fazendo até para discussão, caso os mesmos  
71 achem que isso tenha relevância.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok,  
72 conselheiro. Só informá-lo que a própria SEMAD dispõe de um grupo,  
73 capitaneado, inclusive, pela FEAM, de orientações em relação a todos os  
74 procedimentos. Inclusive, eu já participei no Norte de Minas de inúmeros debates,  
75 cursos e treinamentos para as prefeituras sobre essas questões. Então a SEMAD  
76 não só atua, e o próprio tenente da PM também pode falar isso. É o princípio da  
77 legalidade. Se está presente em relação à infração, você não tem outra saída  
78 senão autuar. É o princípio da legalidade, você não pode fugir dessa questão.  
79 Agora a SEMAD dispõe, sim, desses treinamentos. Inclusive, eu já participei de  
80 capacitações de municípios, colocando outras possibilidades em relação a essas

81 questões. Nós dispomos desses procedimentos.” Ana Carolina Miranda Lopes de  
82 Almeida/SEMAD: “É a segunda reunião de que eu participo com vocês, é um  
83 prazer enorme, estou aqui para contribuir muito nesta gestão. O meu assunto  
84 específico em Assuntos Gerais é o retorno a respeito de uma solicitação realizada  
85 pela conselheira Denise, da Fiemg, na reunião da CNR do mês de julho. Ela  
86 apresentou uma nota técnica referente à revogação da DN COPAM 01/1981,  
87 referente ao monitoramento da qualidade do ar, e essa demanda foi apreciada  
88 internamente aqui no Sisema, e houve, efetivamente, uma manifestação por parte  
89 da FEAM, tendo em vista as competências do órgão, quanto à necessidade de se  
90 promover a revisão dessa deliberação. Então eu trago essa informação para esta  
91 Câmara Normativa, e a proposta é fazer um Grupo de Trabalho com  
92 representantes desta Câmara e também da Câmara de Energia e Mudanças  
93 Climáticas (CEM), para fim de desenvolver o trabalho específico e apresentar  
94 como resultado a proposta de revisão desta Deliberação. Então nesse sentido eu  
95 gostaria de solicitar manifestação dos conselheiros desta Câmara quanto ao  
96 interesse de participar desse Grupo de Trabalho que vai ser constituído. E tão  
97 logo a manifestação dos conselheiros desta Câmara nós vamos também  
98 encaminhar um e-mail aos conselheiros da CEM solicitando manifestação quanto  
99 ao interesse também de participar desse Grupo de Trabalho para desenvolver  
100 essa proposta de revisão. Esse GT vai ser coordenado pela FEAM, tendo em vista  
101 as suas competências, com participação também de representantes da Secretaria  
102 de Regularização. Então eu conto aqui com a equipe para a manifestação dos  
103 conselheiros, para constar em ata quais são as instituições que terão interesse  
104 para compor esse Grupo de Trabalho, que terá um prazo determinado para  
105 desenvolver os trabalhos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então eu  
106 gostaria de aproveitar este momento e questionar os senhores quem tem  
107 interesse de participar desse GT, que também vai ter a participação dos  
108 conselheiros da CEM. Então Ibram, Faemg, Fiemg, Uemg, Conselho da Micro e  
109 Pequena Empresa, Seapa, Sede, Amda e Crea.” Conselheira Denise Bernardes  
110 Couto: “Eu só gostaria de agradecer a Ana Carolina pela resposta. Muito obrigada.  
111 Porque nós trouxemos esse assunto para o Conselho, e eu já queria agradecer  
112 pelo pronto-atendimento de vocês terem visto isso e estarem criando essa  
113 estrutura desse Grupo de Trabalho para podermos discutir esse assunto no  
114 âmbito do COPAM.” Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida/SEMAD: “Nós que  
115 agradecemos. Sempre iniciativas são bem-vindas, e tendo toda uma análise  
116 técnica da pertinência nós vamos conduzir sempre todas as propostas que forem  
117 trazidas aqui no âmbito desta Câmara.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
118 “Em relação ao Grupo de Trabalho, conforme o Regimento, é criado pela  
119 secretária e por meio de uma Resolução. Então após a constituição desse Grupo  
120 de Trabalho nós daremos o retorno para os senhores na Câmara.” Conselheiro  
121 Tobias Tiago Pinto Vieira: “A minha manifestação hoje é mesmo para tentar  
122 esclarecer uma dúvida, porque na última reunião do CERH foi aprovado o Decreto  
123 de Cobrança pelo Uso da Água. E mesmo tendo algumas discordâncias dos

124 Comitês de Bacia eu queria saber se essa criação dessa aprovação do decreto  
125 passa pela CNR depois.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu posso  
126 até verificar isso, mas geralmente não. Quando passa para a CNR, é algo que  
127 tem o COPAM também, aí são as deliberações conjuntas e geralmente vêm para  
128 aprovação da CNR. Se é algo somente do CERH, fica por lá mesmo. Nós  
129 podemos verificar, mas a princípio eu informo que não. Só se fosse algo em  
130 conjunto.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Até mesmo porque muitas  
131 vezes pode acontecer de recursos, para não se cobrar a cobrança, virem parar  
132 aqui na CNR. Eu acho que isso pode acontecer, e talvez seria interessante nós  
133 participarmos dessa discussão, porque sabemos que esse recurso de cobrança  
134 não está sendo destinado como deve acontecer e existe um conflito muito grande  
135 em torno desse assunto.” Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida/SEMAD:  
136 “Tanto o decreto de cobrança e as questões relativas à cobrança, em nenhum  
137 momento, serão pautados nesta câmara do COPAM. Essas As competências  
138 estão na Política Estadual de Recursos Hídricos e não na Política Estadual de  
139 Meio Ambiente. Então pode ficar tranquilo que a temática é toda desenvolvida no  
140 âmbito de recursos hídricos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O  
141 primeiro vídeo que nós vamos passar é sobre os primeiros diagnósticos  
142 socioambientais do Programa Água Doce em Minas Gerais. ‘O Programa Água  
143 Doce, uma iniciativa que prevê a instalação de dessalinizadores de água em 69  
144 localidades rurais do Semiárido Mineiro, realizou na última semana a entrega dos  
145 primeiros diagnósticos socioambientais do programa no Estado. Os relatórios  
146 atendem 22 comunidades no município de Espinosa e Monte Azul, na região  
147 Norte do Estado. No total, serão entregues 279 diagnósticos até o fim do ano.  
148 Utilizada em regiões onde a água doce é escassa ou de difícil acesso, a tecnologia  
149 deverá beneficiar cerca de 28 mil pessoas em Minas Gerais.’” \* Exibição de vídeo  
150 institucional sobre o programa. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O  
151 segundo vídeo é ‘Minas sedia a Audiência Pública Sudeste do Plano Nacional de  
152 Resíduos Sólidos’. ‘Minas Gerais foi o Estado escolhido pelo Ministério do Meio  
153 Ambiente (MMA) para representar a região Sudeste dentro do cronograma  
154 nacional de audiências públicas promovidas pelo órgão para debater o Plano  
155 Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) junto à sociedade. O evento, realizado  
156 na quarta-feira (21/10), na Cidade Administrativa, colocou em discussão ações e  
157 metas que integram a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), bem como  
158 peculiaridades regionais do planejamento elaborado pelo governo federal.’” \*  
159 Exibição de vídeo institucional. **4) EXAME DA ATA DA 147ª REUNIÃO**. Aprovada  
160 por unanimidade a ata da 147ª reunião da Câmara Normativa e Recursal,  
161 realizada em 28 de outubro de 2020, com as seguintes alterações: – Linhas 219,  
162 222 e 436, onde está escrito “Gisele”, a grafia correta é “Giselle”; – Linha 317,  
163 onde está escrito “como se houvesse direito adquirido a poluir”, substituir por  
164 “como se o empreendedor pretendesse ter o direito adquirido a poluir”. Votos  
165 favoráveis: Seapa, Sede, Segov, Crea, PMMG, MPMG, ALMG, MMA, AMM,  
166 Fiemg, Faemg, Ibram, CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Amda,

167 Mover, Uemg, Ufla e Assemg. Ausência: Seinfra. **5) PROCESSO**  
168 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO PARA EXCLUSÃO DE**  
169 **CONDICIONANTE. 5.1) Mineração Riacho dos Machados Ltda. Lavra a céu**  
170 **aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro. Riacho dos Machados e**  
171 **Porteirinha/MG. PA 11961/2009/005/2013, ANM 831.005/1982 e 833.480/2006.**  
172 **Condicionante nº 19. Classe 6. Apresentação: Supram Norte de Minas.**  
173 **Retorno de vista: Amda, Uemg, Fiemg, Ibram, Conselho da Micro e Pequena**  
174 **Empresa e Mover.** Processo retirado de pauta pela Presidência por solicitação  
175 da SEMAD, “considerando os pareceres apresentados e a tipicidade da  
176 condicionante”, conforme destacado pelo presidente Yuri Rafael de Oliveira  
177 Trovão. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE**  
178 **AUTO DE INFRAÇÃO. 6.1) Cooperativa Agropecuária de Natércia Ltda.**  
179 **Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de**  
180 **sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos**  
181 **revendedores de combustíveis de aviação. Natércia/MG. PA CAP**  
182 **460.324/2017, AI 87.754/2016. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da**  
183 **FEAM.** Aprovado por maioria o deferimento parcial do recurso nos termos do  
184 Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Segov, Crea, PMMG, ALMG,  
185 MMA, AMM, Amda, Mover, Uemg, Ufla e Assemg. Votos contrários: Fiemg,  
186 Faemg, Ibram, CMI e Conselho da Micro e Pequena Empresa. Abstenção: MPMG.  
187 Ausência: Seinfra. Justificativas de votos contrários e de abstenção. Conselheira  
188 Denise Bernardes Couto: “Itens 6.1, 6.2, 6.4, 6.5, 6.8 e 6.9, voto contrário. Sendo  
189 que entendo que os autos estão prescritos nos itens 6.2, 6.5, 6.8 e 6.9. E também  
190 voto contrário nos itens 6.1 e 6.4 em virtude da aplicação da correção monetária.  
191 Nós entendemos que tem que ser pela tabela do TJ. No caso dos itens 6.6 e 6.7,  
192 voto favorável.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Nós vamos votar  
193 exatamente conforme votou a Fiemg, porque nas mesmas questões a Faemg  
194 caminha junto com a Fiemg.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Pelos mesmos  
195 motivos expostos pela representante da Fiemg e pelo representante da Faemg,  
196 nós votamos da mesma forma, os motivos são os mesmos.” Conselheiro Adriano  
197 Nascimento Manetta: “Nesse caso, como o voto foi complexo, eu vou acompanhar  
198 na íntegra o voto da conselheira Denise, da Fiemg.” Conselheira Sílvia de Freitas  
199 Xavier: “Eu também vou acompanhar o voto da conselheira da Fiemg, pelos  
200 mesmos motivos apresentados.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso:  
201 “Abstenção em observância a recomendação da Corregedoria-Geral do Ministério  
202 Público.” **6.2) Posto Petrovaz Ltda. Posto Hollywood. Postos revendedores,**  
203 **postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas,**  
204 **postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis**  
205 **de aviação. Malacacheta/MG. PA 01290/2001/004/2015, AI 66.231/2015.**  
206 **Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido por  
207 maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Segov,  
208 Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Amda, Mover, Uemg, Ufla e Assemg. Votos  
209 contrários: Fiemg, Faemg, Ibram, CMI e Conselho da Micro e Pequena Empresa.

210 Abstenção: MPMG. Ausência: Seinfra. **6.3) Prefeitura Municipal de Morada**  
211 **Nova de Minas. Tratamento de esgoto sanitário. Morada Nova de Minas/MG.**  
212 **PA CAP 525.026/2018, AI 126.306/2018. Apresentação: Núcleo de Auto de**  
213 **Infração da FEAM.** Recurso indeferido por maioria nos termos do Parecer Único.  
214 Votos favoráveis: Seapa, Sede, Segov, Crea, Seinfra, PMMG, ALMG, MMA,  
215 Amda, Mover, Uemg, Ufla e Assemg. Votos contrários: Fiemg, Faemg, Ibram,  
216 CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa. Abstenções: MPMG e AMM.  
217 Justificativas de votos contrários e de abstenções. Conselheira Denise Bernardes  
218 Couto: “Voto contrário. Nesse caso, entendemos que deveria ser aplicada a  
219 correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.”  
220 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Voto contrário pelos mesmos motivos  
221 da correção monetária e da correção do processo.” Conselheiro João Carlos de  
222 Melo: “Voto contrário pelos mesmos motivos já expostos quanto à correção  
223 monetária e à correção específica apontada.” Conselheiro Adriano Nascimento  
224 Manetta: “Voto contrário em razão da correção e, infelizmente, apenas em razão  
225 dela, porque não entrei no debate, no momento do debate, por não vislumbrar  
226 uma saída jurídica para essa situação. Agora, do ponto de vista material, me  
227 parece de todo injusto que permaneçam vigentes essas DNs antigas, sempre  
228 malogradas de querer forçar construção de empreendimento público, forçar ETE,  
229 forçar aterro sanitário na base da caneta, DNs com mais de dez anos de existência  
230 que nunca lograram êxito e que produzem esse tipo de situação conhecida no  
231 popular como ‘a casa caiu’. Ninguém cumpre, mas esse município aqui teve um  
232 fiscal que foi lá. Me parece uma situação injusta, imprópria, e penso que a SEMAD  
233 deveria buscar um caminho para revogar essas DNs. Então essa é a razão do  
234 voto contrário, infelizmente apenas pelo modo de correção.” Conselheira Sílvia de  
235 Freitas Xavier: “Eu voto contrário pela correção monetária, por entender que o  
236 valor da multa deveria ser corrigido com base na tabela do TJ.” Conselheiro Licínio  
237 Eustáquio Mol Xavier: “Abstenção pelos motivos expostos.” Conselheiro  
238 Francisco Chaves Generoso: “Abstenção do Ministério Público em observância a  
239 recomendação da Corregedoria-Geral da instituição.” Manifestação da AMM que  
240 motivou a abstenção de voto. Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Morada  
241 Nova de Minas é um município do Leste Mineiro que tem uma população aquém  
242 de 10 mil habitantes. Na semana passada, eu entrei em contato com o prefeito e  
243 o pessoal da Secretaria de Meio Ambiente, e me informaram o seguinte. Esse  
244 contrato com a Copasa existe desde 2008, portanto, há 12 anos. E o auto de  
245 infração parece que foi revalidado em 2018, há dois anos. E me informam na  
246 prefeitura também que 95% da população urbana tem o esgoto sanitário tratado  
247 e com eficiência da ETE de 90%. Então 90% de eficiência da ETE, e atende 95%  
248 da população. Então fica uma dúvida. Quando foi feita a fiscalização por parte da  
249 FEAM, em 2018, já havia um convênio do município com a Copasa, e já havia  
250 instalada e em operação uma AAF, com validade, emitida pela Supram, validando  
251 a ETE municipal. Então fica essa dúvida de por que essa multa agora, sendo que  
252 o município, desde 2008, tem um convênio com a Copasa e, mais recentemente,

253 tem um tratamento do esgoto sanitário público. Então eu peço aos conselheiros  
254 uma avaliação em relação a isso. É um município de menos de 10 mil habitantes,  
255 e eu acho penalizá-lo seria até injusto, sendo que são poucos municípios que  
256 atendem essa demanda. A minha solicitação é que seja desconsiderada a multa  
257 ambiental em função do que foi exposto: ETE, AAF, convênio com a Copasa há  
258 12 anos. A ETE pressuponho que tenha sido licenciada mais recentemente. E  
259 com avaliação de 90% de eficiência e um tratamento que atende a 95% dos  
260 munícipes da cidade.” Solicitação da Uemg. Conselheiro Rafael Maia Nogueira:  
261 “Realmente, nós vemos alguns municípios, e no ribeirão Arrudas, por exemplo,  
262 vemos esgoto a céu aberto, e só alguns municípios passaram por esse caso. Eu  
263 gostaria de entender quais municípios cumpriram, quais não cumpriram. Isso seria  
264 um retorno bem interessante da Secretaria.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
265 Trovão: “Nós temos todos esses programas, e eu vou olhar com o pessoal da  
266 FEAM, com o Renato, se é possível trazer essas informações aqui para os  
267 senhores, as apresentações em relação a esses temas tanto em relação a esgoto  
268 sanitário quanto também dos programas dos lixões, do Minas sem Lixões.” Minas  
269 sem Lixões **6.4) Sterlix Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. Tratamento**  
270 **e disposição final de resíduos de serviços de saúde (Grupo A - infectantes**  
271 **ou biológicos), exceto incineração. Uberlândia/MG. PA CAP 467.507/2017, AI**  
272 **96.159/2017. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso  
273 indeferido por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa,  
274 Sede, Segov, Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Amda, Mover, Uemg, Ufla e  
275 Assemg. Votos contrários: Fiemg, Faemg, Ibram, CMI e Conselho da Micro e  
276 Pequena Empresa. Abstenção: MPMG. Ausência: Seinfra. **6.5) Gonçalves Salles**  
277 **S/A. Indústria e Comércio. Preparação do leite e fabricação de produtos de**  
278 **laticínios. São Sebastião do Paraíso/MG. PA CAP 437.844/2016, AI**  
279 **89.055/2015. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso  
280 indeferido por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa,  
281 Sede, Segov, Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Amda, Mover, Uemg, Ufla e  
282 Assemg. Votos contrários: Fiemg, Faemg, Ibram, CMI e Conselho da Micro e  
283 Pequena Empresa. Abstenção: MPMG. Ausência: Seinfra. **6.6) Serquip**  
284 **Tratamento de Resíduos MG Ltda. Incineração de resíduos. Montes**  
285 **Claros/MG. PA CAP 452.938/2016, AI 96.155/2016. Apresentação: Núcleo de**  
286 **Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do  
287 Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Segov, Crea, PMMG, ALMG,  
288 MMA, AMM, Fiemg, Faemg, Ibram, CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa,  
289 Amda, Mover, Uemg, Ufla e Assemg. Abstenção: MPMG. Ausência: Seinfra. **6.7)**  
290 **Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda. Incineração de resíduos. Ubá/MG.**  
291 **PA CAP 452.964/2016, AI 96.157/2016. Apresentação: Núcleo de Auto de**  
292 **Infração da FEAM.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer  
293 Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Segov, Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM,  
294 Fiemg, Faemg, Ibram, CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Amda,  
295 Mover, Uemg, Ufla e Assemg. Abstenção: MPMG. Ausência: Seinfra. **6.8)**

296 **Topázio Imperial Mineração Comércio e Indústria Ltda. Barragem de**  
297 **rejeitos/resíduos (Captação 1). Ouro Preto/MG. PA CAP 438.441/2016, AI**  
298 **96.095/2016. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso  
299 indeferido por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa,  
300 Sede, Segov, Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Amda, Mover, Uemg, Ufla e  
301 Assemg. Votos contrários: Fiemg, Faemg, Ibram, CMI e Conselho da Micro e  
302 Pequena Empresa. Abstenção: MPMG. Ausência: Seinfra. **6.9) Sueli do Vale**  
303 **Parreiras. Dragagem e Terraplenagem Irineu Ltda. Extração de areia e**  
304 **cascalho para utilização imediata na construção civil. Carmópolis de**  
305 **Minas/MG. PA 13.554/2011/001/2011, AI 37.937/2007. Apresentação: Núcleo**  
306 **de Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido por maioria nos termos do  
307 Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Segov, Crea, PMMG, ALMG,  
308 MMA, AMM, Amda, Mover, Uemg, Ufla e Assemg. Votos contrários: Fiemg,  
309 Faemg, Ibram, CMI e Conselho da Micro e Pequena Empresa. Abstenção: MPMG.  
310 Ausência: Seinfra. **7) INFORMES. 7.1) Status da contratação pela Agência de**  
311 **Bacia Hidrográfica (AGB) Peixe Vivo. Ato Convocatório nº 026/2020.**  
312 **Contratação de enquadramento dos corpos de água no âmbito da Bacia**  
313 **Hidrográfica do Rio São Francisco. Trecho ASF. Apresentação: IGAM. Alan**  
314 **de Oliveira Mota/IGAM:** “Eu vou passar uma atualização do status da contratação  
315 desse enquadramento. Esse é um Ato Convocatório nº 26/2020, da Agência Peixe  
316 Vivo, que utiliza recursos do Comitê Federal São Francisco. Apesar de ser Comitê  
317 Federal, ele pode atribuir recursos para uma contratação em toda a bacia. Então  
318 vai contemplar três bacias esse contrato: Bacia do Rio Pará, Bacia do Rio  
319 Paraopeba e Bacia do Entorno do Reservatório de Três Marias. Para o Entorno  
320 do Reservatório, vai pegar apenas a parte a montante do reservatório. Isso nessa  
321 primeira contratação. Em um segundo momento, ao finalizar esse conjunto de  
322 bacias, vai ser contratada a parte média do São Francisco, na parte mineira,  
323 também por uma contratação pela Peixe Vivo. Esse é um trabalho que vai fazer  
324 o enquadramento de águas superficiais e já apresentar um estudo preliminar para  
325 enquadramento das águas subterrâneas. É um grande avanço, inclusive, para a  
326 gestão de recursos hídricos esse estudo para águas subterrâneas. É um edital de  
327 técnica e preço, então é dividido. Nós faremos a avaliação, primeiro, das  
328 propostas técnicas e depois da proposta de preço. A primeira etapa é a etapa de  
329 habilitação. Já foi realizada pela Peixe Vivo, e oito empresas foram habilitadas.  
330 Isso quer dizer que oito propostas para elaboração desses estudos vão ser  
331 avaliadas pelos técnicos nessa próxima. No dia 16/11, semana passada, a Peixe  
332 Vivo publicou a comissão avaliadora, composta por membros da Peixe Vivo e do  
333 IGAM, que vão fazer a análise dessas propostas técnicas. Provavelmente, em  
334 torno de dois meses para realizar essa análise. Considerando o número de  
335 propostas, até o final de dezembro mais ou menos, já deve ter sido concluído.  
336 Esse resultado será publicado assim que concluir. A etapa seguinte é a abertura  
337 das propostas de preço, e já em seguida a divulgação da empresa ganhadora  
338 dessa licitação. Há um prazo para recurso, e acreditamos que até final de janeiro



339 de 2021 toda essa etapa já esteja concluída. Em seguida, a assinatura do  
340 contrato, que também deve ocorrer em janeiro ou fevereiro de 2021, no máximo.  
341 Essa empresa vai ter um prazo de execução de 17 meses. Então até o segundo  
342 semestre de 2022 nós já esperamos o enquadramento para a Bacia do Rio Pará,  
343 a Bacia do Paraopeba e a montante do Reservatório de Três Marias elaborado. É  
344 um status bem rápido o que nós temos hoje de encaminhamento, e qualquer  
345 dúvida estou à disposição.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Sobre o  
346 reenquadramento, eu não sei se vocês já têm conhecimento, aqui em Paracatu,  
347 temos uma situação muito peculiar no córrego Rico, que precisávamos de trocar  
348 uma ideia sobre esse reenquadramento. Eu queria saber se você já tem alguma  
349 intenção de discutir algo aqui em torno do rio Paracatu, porque eu sou  
350 coordenador da CETOC, e dependendo nós podemos ter uma interação maior  
351 para discutirmos um pouco mais.” Alan de Oliveira Mota/IGAM: “Todo o processo  
352 tem uma participação, tanto do Comitê quanto da população da bacia, bem ativo.  
353 Todas as etapas de elaboração, tanto de diagnóstico, prognóstico, programa de  
354 efetivação, a delimitação de quais serão as classes, todas essas etapas contam  
355 com a participação do Comitê e da população. Mas eu já adianto que você pode  
356 encaminhar para nós essa consideração. Eu vou repassar para a Peixe Vivo, e  
357 será considerada no momento de condução das propostas. É importante, sim, que  
358 todos estejam próximos e apoiem a elaboração desse produto para que ele seja  
359 o mais próximo do esperado por todos. O meu e-mail é  
360 allan.mota@meioambiente.mg.gov.br. Pode encaminhar essas propostas, esses  
361 pontos de atenção. Eu vou repassar para a Peixe Vivo, e no momento que iniciar  
362 junto com a empresa ganhadora da licitação nós fazemos a inserção dessas  
363 informações.” Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida/SEMAD: “Eu agradeço ao  
364 Allan pela apresentação e só queria colocar para vocês o contexto. Isso veio de  
365 uma demanda do município de Bom Despacho, que fez um ofício que gerou uma  
366 moção. Então a equipe do Allan, a Gerência de Planejamento, já tinha feito uma  
367 apresentação antes sobre a questão da revisão da DN de enquadramento que  
368 trata sobre a questão de enquadramento. Como houve essa atualização e essa  
369 informação é muito importante e relevante para nós, pois o nosso desejo é que  
370 consigamos fazer o enquadramento dos corpos hídricos do Estado como um todo,  
371 nós articulamos com o IGAM e convidamos o Allan para fazer essa apresentação  
372 de atualização desse status tão importante que é essa contratação em andamento  
373 sobre o enquadramento. Em seguida, após esta reunião, nós também vamos  
374 responder, via ofício, ao município de Bom Despacho, para apresentar essa  
375 atualização, tendo em vista que essa demanda da moção veio a pedido desse  
376 município. Allan, agradeço as informações, desejo sucesso na condução dos  
377 trabalhos e que consigamos também, Tobias, ampliar para as outras bacias do  
378 São Francisco também.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a  
379 serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença  
380 de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.  
381

**APROVAÇÃO DA ATA**

382  
383  
384  
385  
386

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente da Câmara Normativa e Recursal**